

## ESPAÑA, PORTUGAL E A CONJUNTURA EUROPEIA

por Mário Soares

A União Europeia vive a maior crise de identidade - e monetária - desde que foi criada a Comunidade Económica Europeia, pelo Tratado de Roma, em 1957. Monetária, em virtude do ataque dirigido contra o euro, pelos especuladores.

Começou com a Grécia - e a União tardou a reagir - mas quando, finalmente o fez, anunciando a sua intenção de criar o fundo monetário europeu para valer ao euro, os mercados e as Bolsas perderam alguma da sua turbulência, mas - reconheça-se - por pouco tempo. Porquê? Porque outros Estados-membros da União começaram a ser ameaçados, como Portugal, Espanha, Irlanda, talvez mesmo a França. A situação está longe de estar normalizada e as previsões são difíceis. Mas a crise é também de identidade. Não basta controlar o euro, de dezasseis Estados-membros, entre os vinte e sete que constituem a União. A crise tornou claro que é indispensável pensar a sério na constituição de um governo económico europeu, com poderes de fiscalização, e também uma União Política. Têm os Governos dos Estados coragem para ir tão longe?

Ninguém tem elementos para responder. Nem sequer, infelizmente, há sondagens capazes de reflectir o estado de espírito da opinião pública europeia, quanto a esta questão, tão complexa e mal explicada ao cidadão comum. A bem do futuro é necessário fazê-las e reflectir sobre estes temas e, sobretudo, debatê-los.

Portugal e Espanha, Estados irmãos, que têm excelentes relações, desde a Revolução dos Cravos e da Transição Democrática espanhola, devem cooperar o mais que puderem, no sentido de chegarem a posições convergentes no que se refere à problemática europeia, às relações atlânticas, aos Estados Unidos e à Ibero-América, onde têm tantas raízes. É muito importante que o façam e que as opiniões públicas dos dois Países possam informar-se reciprocamente.

A verdade é que os meios de Comunicação Social portugueses pouco falam de Espanha e os espanhóis também não. É, portanto, de extrema importância e do interesse das duas partes que os nossos Estados reajam. Porque é indispensável que a situação de indiferença e desconhecimento recíprocos, seja ultrapassada.

Espanha, sete vezes maior do que Portugal, encontra-se numa situação bem mais complexa, em todos os domínios, do que a portuguesa. É mais rica e poderosa do que Portugal, mas tem problemas monetários e económicos bem mais difíceis de resolver.

Numa entrevista dada ao Le Monde, o economista Patrick Artus, analisando o momento económico e monetário europeu, diz "que a Espanha é a chave de tudo". E mais: "que se a Espanha conhecesse uma crise de financiamento séria a intervenção do Banco Central Europeu não bastaria para estabilizar os mercados"...

Num tal ambiente peninsular e europeu é necessário que os dois Estados peninsulares façam um esforço de convergência e definam uma estratégia comum de intervenção na União e nas suas relações com a Ibero-América. A história dos dois Países dá-lhes direito a fazerem-se ouvir.

Portugal tem passado, nos últimos tempos, momentos de crispação política graves. A Espanha também. Com a diferença que os dois líderes da Oposição em Espanha e Portugal são bastante diferentes e com muito mais sentido de Estado o português do que o espanhol. As duas Igrejas tradicionais católicas, também são diferentes e muito mais aberta e dialogante a portuguesa do que a espanhola. Em matéria de Justiça passa-se o mesmo. Veja-se a injusta perseguição que está a ser feita ao célebre juiz Baltazar Garzón, por querer julgar os crimes praticados pelo franquismo, durante a guerra civil e depois dela. É certo que houve, para assegurar uma transição pacífica, o célebre "pacto do esquecimento", que amnistiou esses crimes. Mas os crimes de genocídio não são abrangidos por essas amnistias. Como escreveu o juiz Ricardo de Prada, no El País, comentando as medidas persecutórias tomadas contra Baltazar Garzón, pelo delito de querer investigar os crimes do franquismo: "é espantosa a profunda capacidade da Justiça de causar a injustiça"... Uma frase que deve fazer reflectir também a justiça portuguesa.

Lisboa, 20 de Maio de 2010